

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS FELIPE CORREA DA CUNHA

O APROVEITAMENTO DOS RIOS DA BACIA DO PRATA:
o Projeto Itaipu como centro da crise entre Argentina e Brasil

Rio de Janeiro

2020

CC CARLOS FELIPE CORREA DA CUNHA

O APROVEITAMENTO DOS RIOS DA BACIA DO PRATA:
o Projeto Itaipu como centro da crise entre Argentina e Brasil

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Refº) Manoel Fernandes de Oliveira Neto

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Jeová Deus por me dar saúde e sabedoria nessa longa caminhada e que sem suas bênçãos não chegaria até aqui.

À minha amada esposa Fernanda, agradeço pelo apoio e amparo incondicional proporcionado desde o processo de admissão para este curso e, ainda, por seu auxílio na elaboração desse trabalho. Sua extrema dedicação aos nossos queridos filhos Mateus, Pedro e Miguel contribuiu para meu empenho no desenvolvimento desse estudo. Saiba que sem você nada disso seria possível, amo-te!

Aos meus filhos, por todo amor e carinho, que fazem os dias do papai cada vez melhor. Agradeço pelo sorriso e abraço que recebo, diariamente, quando retorno ao lar. Vocês e sua mãe são a razão da minha vida.

Aos meus queridos pais Carlos Alberto e Leda Maria pelos ensinamentos, amor e carinho, obrigado por tudo.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (Ref^o) Manoel Fernandes de Oliveira Neto, pelas sugestões e intervenções sempre relevantes para a realização dessa dissertação.

Ao Capitão de Fragata Nagashima (RM1), pelos ensinamentos sobre metodologia científica sempre transmitidos, de forma motivadora e precisa.

*“A suprema arte da guerra consiste em vencer
o inimigo sem ter que enfrentá-lo.”*

(SUN TZU)

Resumo

A bacia do Prata é constituída por três grandes eixos fluviais: os rios Paraguai, Paraná e Uruguai, abrangendo os territórios de cinco Estados: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. A maior parte da área da bacia se encontra no Brasil, seguido pela Argentina. Esses dois últimos Países, antes do projeto Itaipu, já não gozavam de um clima muito amistoso devido à questão da mudança do eixo de tráfego comercial, onde a Argentina obedecia ao eixo norte-sul, privilegiando o porto de Buenos Aires. Enquanto o Brasil propunha uma política de deslocamento leste-oeste, no qual tinha a intenção de favorecer o escoamento da produção do interior do subcontinente, interligando rodovias e ferrovias até os portos do Atlântico Sul, política que ficou conhecida como corredores de exportação. O aproveitamento dos rios internacionais da bacia Platina foi o grande motivo de conflitos de interesses entre os dois Estados durante o período de 1960 a 1980. Diante dessa crise, nos propusemos a fundamentar a teoria realista das relações internacionais de Hobbes, Morgenthau e Homer-Dixon associada aos pensamentos dos geopolíticos brasileiros como: Mário Travassos, General Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e a professora Therezinha de Castro. Dentro desse contexto, analisamos a decisão do Brasil pela construção da hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai e concluímos de forma sucinta, que a estratégia obedecida pelo governo brasileiro foi de cunho geopolítico e, com objetivo de buscar a supremacia na América do Sul.

Palavras-chave: Teoria Realista. Geopolítica. Bacia do Prata. Itaipu. Rio Paraná. Argentina. Brasil. Paraguai.

ABSTRACT

The Platina basin consists of three major fluvial axes: the rivers Paraguay, Paraná and Uruguay, covering the territories of five countries: Argentina, Bolivia, Brazil, Paraguay and Uruguay. Most of the basin area is located in Brazil, followed by Argentina. These two countries, before the Itaipu project, were not in good terms due to the issue of changing the commercial traffic axis, in which Argentina followed the north-south axis, favoring the port of Buenos Aires. While Brazil proposed a policy of east-west displacement, in which it had the intention of favoring the flow of production from the interior of the subcontinent, interconnecting highways and railways to the ports of the South Atlantic - a policy that became known as exportation corridors. The exploitation of the international rivers of the Platina basin was the major reason for conflicts of interest between the two states during the period from 1960 to 1980. Faced with this crisis, we will explore the realistic theory of international relations by Hobbes, Morgenthau and Homer-Dixon associated with the thoughts of Brazilian geopolitics such as: Mário Travassos, Army General Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos and teacher Therezinha de Castro. Within this context, we analyzed Brazil's decision to build the Itaipu hydroelectric plant with Paraguay and conclude, in a succinct manner, that the strategy adopted by the Brazilian government was geopolitical in nature and, with the aim of seeking supremacy in South America.

Keywords: Realistic Theory. Geopolitics. Platina Basin. Itaipu. Paraná River. Argentina. Brazil. Paraguay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e da Prata.	544
Figura 2 – Localização da usina hidrelétrica de Itaipu.....	55
Figura 3 – Usina hidrelétrica de Itaipu	566
Figura 4 – Região de Sete Quedas ou Salto de Guaíra no rio Paraná.....	577
Figura 5 – Assinatura da Ata das Cataratas	588
Figura 6 – Assinatura do Tratado de Itaipu	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN -	Academia Militar das Agulhas Negras
CIC -	Comitê Intergovernamental Coordenador
EB -	Exército Brasileiro
ECEMAR -	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME -	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGN -	Escola de Guerra Naval
ESG -	Escola Superior de Guerra
EUA -	Estados Unidos da América
MRE -	Ministros das Relações Exteriores
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB -	Produto Interno Bruto
PDN -	Projeto de Desenvolvimento Nacional
SGM -	Segunda Guerra Mundial
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	APRESENTAÇÃO DA TEORIA REALISTA	14
2.1	A teoria realista parametrizada por Thomas Hobbes.....	14
2.2	O realismo sob a ótica de Hans Morgenthau	16
2.3	A teoria realista na visão de Thomas Homer-Dixon.....	16
3	OS PRIMEIROS PASSOS DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA	18
3.1	A consolidação do território brasileiro e a importância das fronteiras na geopolítica nacional.....	18
3.2	Os corredores de exportação de Mário Travassos	20
3.3	A doutrina de segurança nacional do General Golbery do Couto e Silva	23
3.4	A interligação dos Estados da América do Sul na visão da professora Therezinha de Castro.....	27
3.5	A integração brasileira na ótica de Carlos de Meira Mattos.....	28
4	A DISPUTA ENTRE BRASIL E ARGENTINA PELO APROVEITAMENTO DOS RIOS INTERNACIONAIS QUE COMPÕEM A BACIA DO PRATA ...	31
4.1	A origem do aproveitamento hidrelétrico.....	31
4.2	A escolha da região para construção de Itaipu	32
4.3	Início das negociações entre Brasil e Paraguai	32
4.4	A disputa pelo eixo comercial da bacia Platina	35

4.5	A posição geográfica a favor do Brasil.....	35
4.6	Ata das Cataratas (1966).....	36
4.7	A primeira reunião de chanceleres da bacia do Prata (1967)	37
4.8	A segunda reunião de chanceleres da bacia do Prata (1968).....	39
4.9	A terceira reunião de chanceleres e a assinatura do Tratado da Bacia do Prata (1969).....	40
4.10	O acirramento das divergências entre Argentina e Brasil.....	41
4.11	A Conferência do Meio Ambiente (1972).....	41
4.12	A Resolução 2995, da XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	42
4.13	O Tratado de Itaipu (1973)	43
4.14	O Acordo Tripartite (1979).....	45
4.15	A ruptura do equilíbrio de poder: expansão brasileira e retrocesso argentino.....	45
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A bacia do Prata ou bacia Platina abrange os territórios dos seguintes Estados¹: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. A maior parte dela se encontra no Brasil seguido pela Argentina, sendo o Paraguai o único dos cinco Países que tem todo o seu território inserido na bacia hidrográfica². Essa bacia engloba uma das principais hidrovias³ do mundo e foi fator determinante para a formação dos Estados do Cone Sul⁴.

A bacia em questão é constituída por três grandes eixos fluviais: os rios Paraguai, Paraná e Uruguai, cujas nascentes se encontram no Planalto Central do Brasil⁵. O rio Paraná, considerado o maior rio, torna-se rio da Prata ao receber as águas do rio Uruguai, pouco antes de desembocar no oceano Atlântico, como mostra a FIG. 1.

Ao longo da história, ocorreram diversos conflitos⁶ que foram motivados pela

¹ Estado é a principal forma de organização política. É considerado uma unidade social básica onde vivem as pessoas, apresentando-se como corporação territorial de um povo constituído como nação, por uma organização social complexa que se realiza por meio de um ordenamento jurídico, e se estabelece e descansa em um aparato de poder, independente e soberano (DIAS, 2013). Em que pese terem conceitos distintos, utilizaremos os termos Estado e País de forma semelhante ao longo desse trabalho para gerar fluidez ao texto.

² Bacia Hidrográfica é a área ou região de drenagem de um rio principal e seus afluentes. É a porção do espaço em que as águas das chuvas, das montanhas, subterrâneas ou de outros rios escoam em direção a um determinado curso d'água, abastecendo-o. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-bacia-hidrografica.html>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

³ As hidrovias são os locais navegáveis que ocorrem o transporte aquático ou aquaviário realizado por embarcações (barcos, navios, barcas) que, por sua vez, podem ser: Marítimas (mares), Fluviais (rios) e Lacustres (lagos). O termo hidrovias é a união dos termos "hidro" referente à água, e "vias" referente à rota, caminho, ou seja, são "vias navegáveis". Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/hidrovias/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

⁴ O Cone Sul é uma região geográfica que engloba a parte sul do subcontinente sul-americano, tem esse nome por conta de sua aparência que se assemelha a de um triângulo. Essa região compreende a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Disponível em: <<https://www.geografiaopinativa.com.br/2013/08/o-cone-sul.html>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

⁵ O Planalto Central do Brasil está localizado nas regiões sudeste e central do País, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Goiás. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/planalto-central/>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

⁶ O termo conflito será utilizado no sentido de divergências, discordâncias, desentendimentos e oposição de interesses e opiniões. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/conflito/>>. Acesso em: 13 jun. 2020. Consideraremos nessa dissertação que os termos conflito, crise e contenda como sinônimos.

importância dos recursos hídricos⁷ e, com a área da bacia do Prata, não foi diferente. Na época colonial, ela foi palco dos interesses geopolíticos antagônicos de portugueses e espanhóis. A partir do século XIX, as tensões passaram a se concentrar entre os novos Estados independentes, cujas fronteiras políticas não eram totalmente reconhecidas.

Com o desenvolvimento do capitalismo e de novas tecnologias de produção, os usos d'água foram se diversificando cada vez mais. A energia elétrica se torna fundamental para o desenvolvimento social e econômico dos Países e os rios passam a ser represados para a construção de usinas hidrelétricas.

Contudo, conciliar os interesses dos Estados ribeirinhos⁸, levando-se em conta que uns estão a montante⁹, enquanto outros a jusante¹⁰, não é tarefa fácil. A grande dificuldade reside em aliar a política à geografia, estabelecendo os direitos e as obrigações de cada País que compartilha de uma mesma hidrovia.

Então, na década de 1960, o Brasil inicia uma crise com a Argentina a respeito do aproveitamento dos rios internacionais¹¹, onde a busca por uma fonte de energia alternativa viria alimentar seu parque industrial em expansão. Assim os rios da bacia Platina passaram a ter um papel importante para o governo, que por meio da construção de hidrelétricas poderia gerar a energia necessária para atender a demanda nacional.

Essa atitude não era bem vista pelo governo argentino, pois a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, por parte do Brasil, exigiria a construção de uma barragem no rio Paraná, conforme as FIG. 2 e 3, reduzindo o volume d'água para Estados a jusante,

⁷ As bacias hidrográficas, rios, lagos e aquíferos compõem os recursos hídricos (ANA, 2019). Consideraremos nessa dissertação que os termos recursos hídricos e rios como sinônimos, para gerar melhor fluidez ao texto.

⁸ Estados que estão as margens dos rios que compõem a bacia do Prata (ZUGAIB, 2006).

⁹ De onde nascem as águas de um rio, ou, rio acima. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/montante/> >. Acesso em: 13 jun. 2020. Consideraremos nessa dissertação como sinônimo de águas acima.

¹⁰ Para onde correm as águas de um rio, ou, rio abaixo. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/jusante/> >. Acesso em: 13 jun. 2020. Consideraremos nesse trabalho como sinônimo de águas abaixo.

¹¹ Consideraremos nessa dissertação que os termos rios internacionais, rios sucessivos, rios compartilhados e rios transfronteiriços como sinônimos.

impedindo a Argentina de aproveitar o mesmo rio.

As décadas de 1960 e 1980 foram marcadas por diversas reuniões, nas quais a Argentina cobrava que qualquer ação de um País águas acima deveria se fazer uma consulta prévia aos outros Estados ribeirinhos. Por outro lado o Brasil defendia o direito de soberania¹² na utilização dos seus rios. Essa animosidade entre os dois Países só foi amenizada dez anos depois da assinatura do Tratado da Bacia do Prata (1969), ocasião em que as bases do relacionamento foram reconstruídas com o Acordo Tripartite, em 1979. Tanto o tratado, como o acordo em lide, serão apresentados no quarto capítulo desse trabalho com mais detalhes.

Vale ainda mencionar que antes da contenda entre Argentina e Brasil, em relação ao projeto Itaipu, os Países já não possuíam uma boa relação; devido ao fato de o Brasil buscar a alteração do eixo comercial longitudinal, para o eixo transversal, utilizando os corredores de exportação¹³, a fim de favorecer seus portos do sul do País.

Sendo assim, esse trabalho terá como propósito responder ao seguinte questionamento de forma clara e sucinta: sob a ótica da teoria realista, a construção da hidrelétrica de Itaipu foi uma estratégia¹⁴ de cunho econômico ou geopolítico¹⁵ para o Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, com o fito de alcançar o protagonismo na América do Sul¹⁶?

¹² A independência do poder do Estado é o resultado da submissão de diversos atores internos e do reconhecimento dos limites de cada território entre os diferentes Estados. A soberania territorial fica compreendida dentro dos limites do Estado (DIAS, 2013).

¹³ O corredor de exportação trata-se de um sistema integrado de transportes para escoar cargas do interior para área portuária (TRAVASSOS, 1947).

¹⁴ Meio desenvolvido para conseguir alguma coisa. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/estrategia/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

¹⁵ É a ciência que se concentra na utilização de poder político sob determinado território. Em uma visão mais prática, a geopolítica compreende as análises de geografia, história e ciências sociais mescladas com teoria política em vários níveis, desde o Estado até o internacional-mundial. Disponível em: <<https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaEconomica/geopolitica/geopolitica.php>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

¹⁶ Como parte do continente americano, a América do Sul é considerada um subcontinente. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/Am%C3%A9rica-do-Sul/482546>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Para tal, é importante esclarecer que a metodologia a ser aplicada na dissertação estará baseada na pesquisa bibliográfica e documental, a fim de compreender o objetivo principal do estudo utilizando o projeto Itaipu como tema central.

A dissertação conterà cinco capítulos, incluindo essa breve Introdução como primeiro. No segundo capítulo conceituaremos a teoria realista das relações internacionais¹⁷ na visão de Thomas Hobbes (1588-1679), Hans Morgenthau (1904-1980) e Thomas Homer-Dixon (1956-), a fim de prover a fundamentação teórica da pesquisa. No terceiro capítulo, trataremos das ideias centrais dos pensadores geopolíticos brasileiros como: Mário Travassos (1891-1973), o General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), a professora Therezinha de Castro (1930-2000) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007). O quarto capítulo se refere ao conflito entre Argentina e Brasil com foco na construção da hidrelétrica de Itaipu. Ao final, no último e derradeiro capítulo, apresentaremos uma conclusão quanto ao argumento proposto.

Passaremos, então, ao segundo capítulo acerca da teoria realista para fundamentarmos nosso trabalho.

¹⁷ As relações internacionais constituem uma disciplina que faz parte das ciências políticas e focam-se nas relações entre os Estados e entre os Estados e outras instituições que pertencem ao sistema internacional. Disponível em: < <https://conceito.de/relacoes-internacionais> >. Acesso em: 11 jul. 2020.

2 APRESENTAÇÃO DA TEORIA REALISTA

Os cientistas políticos desenvolvem pensamentos, tanto para entender as causas de eventos que ocorrem todos os dias no âmbito das relações internacionais, quanto para responder às questões fundamentais da área. Embora sejam muitas as teorias em campo, podemos relacionar: o realismo, o liberalismo, o radicalismo e o construtivismo.

Com o intuito de alcançarmos o propósito desse trabalho, faz-se necessário fundamentá-lo e para isso abordaremos a seguir a teoria realista, sob o prisma de três pensadores: Hobbes, Morgenthau e Homer-Dixon, que servirá como base para respondermos a questão proposta pelo trabalho.

2.1 A teoria realista parametrizada por Thomas Hobbes

Em seu livro *O leviatã*, o filósofo Hobbes imaginou um mundo sem autoridade governamental, nem ordem civil, onde os seres humanos governariam por paixões e viveriam em constante incerteza em relação à sua própria segurança. Para ele, o indivíduo seria primordialmente temeroso, solitário, egoísta e sedento de poder. O homem seria representado na figura dos Estados em um sistema internacional¹⁸. Sob essa condição os realistas entendem que os Países só podem contar consigo mesmos, tendo como preocupação o acúmulo de poder e a busca pelos interesses nacionais. O filósofo defendeu que a solução para eliminar esse ambiente anárquico estaria em um Estado unitário, um Leviatã, onde o controle do poder deveria ser centralizado e absoluto (HOBBS, 2009).

¹⁸ Entende-se por sistema internacional o meio em que se processam as relações entre os diferentes atores (Estados) que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais, as quais se processam na esfera internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos (PECEQUILO, 2012).

No sistema internacional são observados três tipos de polaridades¹⁹: multipolaridade (exemplificada pelo equilíbrio de poder que ocorreu no século XIX entre Áustria, França, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia), bipolaridade (exemplificada pelo equilíbrio de poder que ocorreu no intervalo de 1945 a 1989, entre os Estados Unidos da América – EUA e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – ex-URSS, período que ficou conhecido como Guerra Fria) e unipolaridade (na era imediatamente após a Guerra Fria com os EUA no poder) (MINGST, 2014).

Um sistema multipolar é formado por, no mínimo, três Estados influentes, havendo um equilíbrio de poder entre eles, que gozarão de relativa igualdade de poder. Já em um sistema unipolar, o País é considerado o Leviatã e detém recursos esmagadores em virtude de seu poderio econômico e militar, além de seu tamanho e ou da sua competência organizacional (MINGST, 2014). Quando o Leviatã se propõe a agir, esse sistema é considerado o mais estável.

No sistema bipolar, as alianças entre Estados tendem a ser de longo prazo, duradouras, baseadas em interesses relativamente perenes. Durante a Guerra Fria, o sistema internacional se via dividido em dois blocos: os EUA com seus aliados na Organização do Tratado do Atlântico Norte²⁰ (OTAN) contra a ex-URSS com seus aliados do Pacto de Varsóvia²¹.

¹⁹ Polaridade é a distribuição de recursos entre os Estados do sistema internacional, mediante a contabilização do número de polos (Estados ou grupos de Estados) em que o poder se concentra (MINGST, 2014).

²⁰ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança militar internacional fundada em 1949. No contexto de sua fundação, ocorrida durante a Guerra Fria, seu objetivo era estabelecer um pacto militar entre os países do Tratado do Atlântico Norte contra o avanço da influência socialista. Hoje em dia, com o fim da ameaça comunista, a OTAN se converteu em um organismo expansionista, com vistas a garantir os interesses econômicos das nações membros ao redor do mundo. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/geografia/otan/> >. Acesso em: 31 jul. 2020.

²¹ O Pacto de Varsóvia uniu em aliança militar os países do bloco socialista no pós-Segunda Guerra Mundial. Ele foi firmado no dia 14 de maio de 1955 na cidade de Varsóvia, Polônia, reunindo os países do bloco socialista. Entre eles estavam a União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Romênia sendo extinto no dia 31 de março de 1991. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/historia/pacto-de-varsovia/> >. Acesso em: 31 jul. 2020.

2.2 O realismo sob a ótica de Hans Morgenthau

Segundo o teórico realista Morgenthau, a água é um recurso natural extremamente importante e, como tal, pode ser enquadrado no rol de elementos do Poder Nacional²². Além disso, a simples abundância do recurso natural se reverteria em forma de poder para um Estado (MORGENTHAU, 2003).

Assim, para o autor, além do recurso hídrico, a posição geográfica em que se encontra um Estado é muito importante. Um País a montante, em relação a outro a jusante de um rio internacional, pode ser definido como um fator de poder, pois uma ação em águas acima poderá comprometer direta ou indiretamente os interesses dos demais Estados ribeirinhos.

2.3 A teoria realista na visão de Thomas Homer-Dixon

Para o cientista político e estudioso do meio ambiente Homer-Dixon, existiriam três tipos de contendas que surgem da escassez ambiental, a saber: insurgências²³, crise de identidades de grupos e conflitos de escassez simples e enfatiza que “a água do rio é o recurso renovável mais propenso a estimular a guerra entre Estados” (HOMER-DIXON, 1999).

Partindo de um ponto de vista estritamente realista, esse último tipo de contenda é o que mais interessa às relações internacionais, pois é travado entre os Estados

²² Considerando o Poder Nacional como a: “capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional”, constata-se que diversos autores dedicaram-se à sua avaliação. Disponível em: < <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/238> >. Acesso em: 11 jul. 2020.

²³ Insurgente é um termo utilizado para adjetivar alguém que se revolta contra algo, considerado um rebelde. Um indivíduo ou um grupo insurgente é aquele que possui opinião ou ideologia contrária a de um poder em vigência, tomando uma postura contrária e revolucionária contra este modelo indesejado. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/insurgente/> >. Acesso em: 03 ago. 2020.

em busca de defender suas ideias nos campos político e econômico. As disputas por recursos são consideradas conflitos de escassez simples, que ocorrem quando os Países racionalmente calculam tirar vantagens em uma situação que há uma quantidade fixa ou reduzida de recursos naturais (HOMER-DIXON, 1999).

Segundo Homer-Dixon (1999), as prováveis crises entre Estados podem ocorrer por causa de divergências sobre o aproveitamento da água dos rios sucessivos. Porém, a probabilidade de uma determinada crise ocorrer entre vizinhos localizados a montante e jusante está condicionada a determinadas circunstâncias, tais como: o País de águas abaixo deve ser extremamente dependente do recurso hídrico em disputa, pois se faz necessário para suprir o bem-estar de sua população; o País a montante tem que se encontrar ameaçando restringir o fluxo da água do rio; os Estados em questão já possuem um histórico de divergências e disputas motivadas por outros assuntos; e, mais importante, o Estado águas abaixo deve possuir um força militar superior ao País localizado águas acima.

Encerramos esse capítulo fundamentando a teoria realista na visão dos três estudiosos selecionados, que será utilizada como base para respondermos o questionamento proposto pelo trabalho. Passaremos agora para apresentação dos apontamentos dos geopolíticos brasileiros.

3 OS PRIMEIROS PASSOS DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

A mentalidade de geopolítica é difundida no Brasil a partir do século XX, trazendo como base alguns pensamentos tais como: a posição geográfica, extensão territorial, os conceitos de espaço e posição, ocupação das fronteiras e do interior do País, integração das regiões brasileiras e essas com os Estados da América do Sul, a segurança nacional e a interligação dos meios de transporte. Esses conceitos fizeram parte da evolução da geopolítica nacional.

Ocuparam posições de destaque no cenário da geopolítica brasileira os seguintes pensadores: Mário Travassos, o General Golbery do Couto e Silva, a professora Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos. Seus principais postulados serão apresentados no decorrer do capítulo.

3.1 A consolidação do território brasileiro e a importância das fronteiras na geopolítica nacional

A dimensão continental brasileira foi legado dos colonizadores portugueses e fruto da diplomacia brasileira após a independência em 1822, da qual não se pode deixar de mencionar o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), conhecido por Barão do Rio Branco²⁴, que com sua influência diplomática, soube negociar e consolidar as fronteiras brasileiras (FREITAS, 2004). Cabe ressaltar o compromisso das expedições de entradas e bandeiras, que contribuíram para expansão do território,

²⁴ Barão do Rio Branco foi diplomata, advogado, historiador e político brasileiro. Foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo de quatro presidentes. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/barao_riobranco/#:~:text=Diplomata%20brasileiro-,Biografia%20de%20Bar%C3%A3o%20do%20Rio%20Branco,o%20governo%20de%20quatro%20presidentes>. Acesso em: 30 jul. 2020

originariamente portuguesa, para além dos limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas²⁵ de 1494, tendo o diplomata Alexandre de Gusmão²⁶ (1695-1753), um papel fundamental nas negociações do Tratado de Madri²⁷ de 1750, legitimando as conquistas dos bandeirantes, que definiu os limites entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis na América do Sul, criando a base para a atual estrutura de nossas fronteiras políticas (MATTOS, 2002).

Acerca da extensão da fronteira brasileira, Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951), foi o primeiro a sistematizar as informações geopolíticas sobre o território nacional, cujo pensamento foi influenciado pelo criador do termo geopolítica, o cientista político sueco Johan Rudolf Kjellén²⁸ (1864-1922), que também considera o Estado um organismo vivo, sendo suas fronteiras a epiderme desse organismo estatal que pode crescer e se movimentar (BACKHEUSER, 1952; MATTOS, 2002). Considerado o pai da geopolítica no Brasil, o professor Backheuser teve grande influência na política de fronteiras e na criação dos territórios nas regiões limítrofes mais críticas do Brasil. Ele atribuía importância no fortalecimento das áreas limítrofes do País, principalmente as próximas à bacia do Prata, como alertava também o General Golbery, fomentando o desenvolvimento dessas áreas com o objetivo de influenciar economicamente e politicamente os Estados da fronteira sul. O professor prescreveu que a política de fronteira deve ser atribuição federal e não estadual. Essas ideias foram decisivas para a criação dos

²⁵ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo assinado em 7 de junho de 1494 entre a Espanha e Portugal. Esse acordo visava a resolver disputas relativas às terras em que Cristóvão Colombo e outros exploradores do final do século XV haviam aportado. Logo depois que a Espanha chegou pela primeira vez ao hemisfério ocidental, espanhóis e portugueses entraram em conflito sobre os direitos de colonização do Novo Mundo. Disponível em: < <https://escola.britannica.com.br/artigo/Tratado-de-Tordesilhas/574522> >. Acesso em: 13 jul. 2020.

²⁶ Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi diplomata português. De nacionalidade brasileira, serviu ao rei Dom João V. Foi secretário da Embaixada Portuguesa em Paris. Foi designado para o Conselho Ultramarino. Foi também secretário particular do rei. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/alexandre_de_gusmao/ >. Acesso em: 03 ago. 2020.

²⁷ O Tratado de Madri tinha o objetivo de substituir o Tratado de Tordesilhas (1494), estabelecendo assim, novas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha na América. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/tratado-de-madri/> >. Acesso em: 30 jul. 2020.

²⁸ Cientista político e professor da Universidade de Upsala. Um dos grandes teóricos da geopolítica mundial. Disponível em: < https://pt.linkfang.org/wiki/Rudolf_Kjell%C3%A9n >. Acesso em: 03 ago. 2020.

territórios do Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Foz do Iguaçu, com a finalidade de povoamento e desenvolvimento (MATTOS, 2002). Mais tarde, os três primeiros territórios foram elevados à categoria de estados brasileiros, enquanto os dois últimos são cidades localizadas em pontos focais da região do Prata.

3.2 Os corredores de exportação de Mário Travassos

O pensador Travassos, em sua principal obra publicada em 1933 e conhecida como a *Projeção Continental do Brasil*, analisa a posição política da Argentina e do Brasil na região sul-americana. Ademais, ele aponta para o papel coordenador que o Brasil deveria desempenhar em função da dimensão e da localização de seu território, cujo fim último consistiria em exercer hegemonia política na região (FREITAS, 2004).

Então, Costa (1999) realça que a principal estratégia dos dois Países para a região se tratava da manutenção do *status quo* fronteiriço e de uma clara política de contenção de potenciais ou reais movimentos de expansão da influência dos rivais históricos. Nesse sentido, para a verdadeira projeção brasileira, era de vital importância implantar conexões terrestres fronteiriças com a Bolívia e o Peru, Países que tanto Brasil quanto Argentina buscavam atrair para sua esfera de influência.

A formulação geopolítica de Travassos apontava para a presença de dois marcantes antagonismos geográficos no subcontinente sul-americano: o primeiro, abrangendo todo o subcontinente, com suas causas e efeitos e, duas vertentes continentais: a do Atlântico e a do Pacífico; o segundo, ligado diretamente à vertente continental do Atlântico, no qual autor analisa a ligação das duas grandes bacias hidrográficas existentes nessa vertente: a do Amazonas e a do Prata. O geopolítico militar acreditava que pelo fato

de Buenos Aires se situar na foz da bacia Platina, tal antagonismo passaria a ter uma ascendência natural sobre o primeiro (FREITAS, 2004; TRAVASSOS, 1947).

Ampliando o primeiro antagonismo, o oceano Pacífico era caracterizado por ser pouco navegado e não ter um peso significativo no comércio exterior em comparação com o realizado no oceano Atlântico, que interligava os Estados sul-americanos aos centros europeus da época. A Bolívia e o Paraguai são cortados pela cordilheira dos Andes, que se estende desde a Venezuela até a Patagônia, formando a linha de separação do antagonismo dos dois oceanos. Na cordilheira, destacavam-se os pontos de rebaixamento, chamados “nudos”, que são planaltos formados em torno de um pico e que também permitem a transposição do obstáculo natural, onde existem passagens mais suaves de um flanco para o outro. Nessa região, Travassos via a importância do triângulo geopolítico boliviano formado pelas cidades de Santa Cruz, Cochabamba e Sucre, onde essa última despontava como grande centro de convergência das influências dos oceanos Atlântico e Pacífico. O autor acreditava ainda que o Estado que controlasse o referido triângulo, alcançaria a supremacia na América do Sul (TRAVASSOS, 1947).

Sob a ótica do segundo antagonismo, de acordo com Travassos (1947), a bacia Amazônica se destacava pelo desenvolvimento comercial, direcionando a carga da produção para os portos do oceano Atlântico, próximo das principais linhas de comunicação marítimas. Já a bacia do Prata escoava seus produtos para os portos do Atlântico Sul, mais distantes dos centros europeus. A origem das duas bacias é marcada pelo Planalto Boliviano, de um lado, a Argentina e, de outro, o Brasil, cujos Estados capitaneavam a disputa por áreas de influência, com a finalidade de desenvolver seu comércio exterior. Dentro desse panorama, utilizando hidrovias e ferrovias, a Argentina atraía naturalmente para seu círculo de influência, além dos Estados vizinhos do interior, como Bolívia e Paraguai, também os Estados banhados pelo Pacífico, como Chile e Peru.

Por essa vantagem, a cidade de Buenos Aires tinha papel centralizador no fluxo comercial da bacia do Prata, propagando seus interesses políticos e econômicos em toda a região.

Nesse diapasão, Mário Travassos (1947) destacava a importância da Bolívia e do Paraguai, dois Estados mediterrâneos que necessitavam de uma alternativa de saída para o mar. O Brasil aparecia como uma possível solução, por representar uma oportunidade futura de desenvolvimento, com a possibilidade de uma ligação com os portos brasileiros do Atlântico Sul.

Mário Travassos (1947) chamou à atenção também sobre a disputa entre Argentina e Brasil na influência geopolítica da época, a respeito da disputa pelo comércio em torno da bacia do Prata. Os argentinos largavam na frente, pois possuíam a vantagem de possuir uma malha ferroviária e hidroviária capaz de absorver a produção regional. O Brasil, menos dependente dos rios que compunham a bacia, oferecia aos Estados ribeirinhos a oportunidade de escoar sua produção pelos portos brasileiros. Em que pese, pela visão geopolítica, o autor entendia que o Estado que soubesse convergir às necessidades das regiões bolivianas e paraguaias com o aproveitando da integração dos modais de transporte, alcançaria o seu desenvolvimento econômico, região essa que faz parte da bacia Platina.

Do exposto acima, Travassos propôs algumas soluções como: a chegada de trilhos brasileiros à cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra e até a cidade chilena de Arica, ligando as regiões platina (Atlântico) e andina (Pacífico); e, a criação de uma Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil até o Paraguai. Também, sugeriu a interligação das capitais nacionais por um sistema diversificado de modais de transporte (ferroviário, hidroviário e aéreo), como forma de superar os obstáculos geográficos enfrentados pelo transporte terrestre. Quanto ao transporte rodoviário, acreditava que se desenvolveria naturalmente,

promovendo a interligação das longas distâncias entre as regiões sul-americanas (MATTOS, 1975; TRAVASSOS, 1947).

Em síntese, o pensamento desse ilustre geopolítico se destacava pela intenção de elevar o Brasil ao patamar de superpotência da América do Sul, por meio de uma política de transporte que utilizasse uma integração dos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário. Tal política foi conhecida como corredores de exportação, um sistema de transporte no sentido leste-oeste, pelo qual escoava a produção das regiões interiores até os portos nacionais do Atlântico Sul, a saber: Paranaguá, Porto Alegre, Rio Grande, Santos e São Francisco do Sul. Essa questão ia de encontro à posição da Argentina, que desejava um escoamento pelos rios internacionais no sentido longitudinal. A ideia de Travassos era atrair para esses portos o interesse dos Países da bacia, visando neutralizar a força carreadora de Buenos Aires. As propostas geopolíticas sugeridas por Mário Travassos, visando à operacionalidade do território com os portos brasileiros, foram quase todas incorporadas aos projetos de sucessivos governos, como o porto de Paranaguá que, inclusive, tem um regime diferenciado de tributação para o Paraguai (FREITAS, 2004; TRAVASSOS, 1947).

3.3 A doutrina de segurança nacional do General Golbery do Couto e Silva

O General Golbery foi um dos precursores da geopolítica brasileira e suas ideias eram direcionadas à doutrina de segurança nacional no período após a SGM (1939-1945). Além disso, criou conceitos geopolíticos para serem estabelecidos na política de governo do regime militar²⁹ após 1964. Foi autor de artigos de revistas e de alguns livros

²⁹ É conhecido no Brasil como regime militar o período que vai de 1964 a 1985, onde o país esteve sob o controle das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica). Disponíveis em: < <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/regime-militar/> >. Acesso em: 30 jun. 2020. Consideraremos nessa dissertação que o termo regime militar e governos militares como sinônimos.

como: *Planejamento Estratégico* (1955), *Geopolítica do Brasil* (1967), *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo* (1980) e o *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, no qual destaca a importância da geopolítica, principalmente aquela direcionada para o exterior, que permite visualizar a projeção do espaço nacional sobre os espaços circunvizinhos. (FREITAS, 2004; SILVA, 1981).

O General Golbery assume, em 1952, a função de adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra³⁰ (ESG), onde teve a possibilidade de estudar e trabalhar em um planejamento estratégico, com a finalidade de subsidiar os governantes com dados e informações, sobre a posição atual do Brasil e sua futura realidade (FREITAS, 2004).

De acordo com seus postulados, o General Golbery acreditava que o governo brasileiro deveria objetivar a integração das regiões com vazios demográficos, principalmente as localidades próximas às fronteiras. Para ele, o governo federal era o grande inimigo a ser vencido, devido à sua própria incapacidade de gerenciar recursos, de planejar e de executar políticas públicas visando o desenvolvimento do País como um todo (FREITAS, 2004).

Para Freitas (2004), o General Golbery do Couto e Silva chamava a atenção do governo federal para a região fronteira que compreende a bacia do Prata, área que se estendia do sul, do Uruguai até ao estado do Mato Grosso³¹, por se tratar de uma área sensível e vulnerável do País. Apesar de após a SGM, reduziram os tradicionais atritos e receios mútuos entre os diferentes Estados sul-americanos, proporcionando um clima

³⁰ A ESG é um Instituto de ideias abertas ao debate livre e responsável. Subordinada diretamente ao Ministro da Defesa funciona como Centro permanente de estudos e pesquisas. Disponíveis em: < <https://www.esg.br/a-esg/historico> >. Acesso em: 03 ago. 2020.

³¹ O estado do Mato Grosso foi desmembrado em dois, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, pelo presidente Geisel quando ele assinou a Lei Complementar nº 31 criando o estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande. A divisão efetivamente aconteceu em janeiro de 1979 com a instalação do governo do novo Estado. Disponíveis em: < <http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/> >. Acesso em: 14 jun. 2020.

harmonioso e com tendência à união, na luta contra o subdesenvolvimento econômico que afligia os Países em questão.

Como dito anteriormente por Backheuser, que apontou a fraqueza do quase abandono da fronteira continental, o General Golbery também alertava para esse perigo, até que presenciou a tentativa do governo federal de fortalecer as mesmas, que se encontravam em situação de completo descaso por anos, por meio da criação dos seguintes territórios federais: Amapá, Roraima, Rondônia, Fernando de Noronha, Iguazu e Ponta Porã. Porém, o que havia de concreto era apenas um pequeno contingente do Exército Brasileiro (EB), retratado por pelotões de fronteira, espalhado nesse imenso espaço, que realizava uma precária vigilância na área sensível da Tríplice Fronteira, que se trata de um território comum à Argentina, Brasil e Paraguai (MATTOS, 2002). Essa região é localizada dentro da bacia Platina, por isso a preocupação do General Golbery.

Passados 14 anos de estudos na ESG, o General Golbery apresentou trabalhos com bases realísticas e científicas e desenvolveu várias teses geopolíticas e estratégicas, com propósito de formular uma doutrina de segurança nacional. Além disso, mergulhou em pesquisas com o objetivo de buscar diretrizes para o desenvolvimento do País. Entretanto, esses estudos se sobressaem até a revolução de 1964, quando a doutrina da ESG já se encontrava pronta para ser exercitada em termos laboratoriais ou escolares. Essa doutrina teve sua aplicação facilitada, pois o Presidente Castelo Branco³² (1897-1967), um dos articuladores da revolução de 1964 e, seus assessores, dentre eles o General Golbery do Couto e Silva, participaram diretamente da idealização, transferindo para a prática governamental a doutrina formulada no forte de São João (MATTOS, 1975).

Durante anos na ESG, o General Golbery estudou detalhadamente estratégias que viessem a ressaltar a vocação do Brasil em ser uma grande potência. Então seus

³² Foi nomeado presidente brasileiro após eleições indiretas realizadas em 1964 e governou o país até 1967. Disponíveis em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadosbrasil/governo-marechal-castello-branco.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

postulados geopolíticos vieram a coincidir com dois grandes surtos de desenvolvimento do País. O primeiro ocorreu de 1956 a 1961, na administração do Presidente Juscelino Kubistchek (1902-1976) e o segundo, nos governos militares de 1964 a 1985, conhecido como “Brasil Grande” (MATTOS, 2002). Esse último surto fomentou a rivalidade entre os governos militares de Argentina e Brasil da época.

O grande desenvolvimento atingido nesses períodos levou o povo brasileiro ao otimismo e a fé de que o País poderia ser uma grande potência. Tal fato pode ser notado quando em 1964 o Estado ocupava a 48ª posição no Produto Interno Bruto³³ (PIB) mundial, com uma exportação de 1,5 bilhão de dólares e, em 1984 passa à oitava posição, com uma exportação de 27 bilhões de dólares. Nessa época, o País cresceu, em média, a uma taxa de 6,6% ao ano, considerada pelos melhores economistas internacionais, como excepcional (MATTOS, 2002). Esse crescimento econômico causou um desequilíbrio de poder na América do Sul.

Segundo Mattos (1975), o crescimento econômico foi reduzido e não paralisado, devido à crise do petróleo de 1973, o País manteve o desafio de ser tornar uma potência do subcontinente. As metas contidas no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual estabelecia vários indicadores, demonstravam a direção que o governo brasileiro deveria seguir. Dentre esses indicadores, o de energia tinha a meta de minimizar a crise dos combustíveis líquidos (gasolina e óleo diesel) com a aceleração da exploração das novas jazidas encontradas na plataforma continental; ingressar na era de energia nuclear; e, no campo da energia hidroelétrica, atingir uma potência de 107 bilhões de quilowatts, ou seja, um aumento de 75% da potência existente naquele momento.

³³ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. Disponíveis em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> >. Acesso em: 28 jul. 2020.

3.4 A interligação dos Estados da América do Sul na visão da professora Therezinha de Castro

A professora Therezinha diplomou-se em Geografia e História, porém foi o convívio com os militares estudiosos de geopolítica que fez surgir sua paixão por esse campo de estudo. Em 1993, passou a compor o Corpo Permanente da ESG, como adjunta da Divisão de Assuntos Internacionais, além de ministrar palestras para os oficiais alunos da Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). Dentre seus livros, destacamos o: *Geopolítica e Relações Internacionais*, publicado em 1981 (FREITAS, 2004).

Ademais, Therezinha de Castro publicou em 1983 o livro *Brasil da Amazônia ao Prata*, que correlacionou seus pensamentos às ideias de Mário Travassos, com foco no protagonismo que o Estado brasileiro deveria exercer dentro da América do Sul, onde possui a capacidade de influência política, tanto na bacia Platina, como na bacia Amazônica. Tal questão pode ser constatada pelos termos dos Tratados da Bacia do Prata (1969) e de Cooperação Amazônica (1978) (CASTRO, 1983).

A professora compartilha da ideia de interligar os Estados do Cone Sul, da mesma forma que Travassos, por uma malha de infraestrutura multimodal³⁴, a fim de possibilitar uma comunicação entre Atlântico e Pacífico, facilitando dessa forma o acesso e o comércio da bacia do Prata e com isso promovendo o desenvolvimento da região (FREITAS, 2004).

³⁴ O transporte multimodal é a articulação de vários modos de transporte, de forma a tornar as operações de transporte mais rápidas e eficazes. Disponíveis em: < <http://www.multicargo.pt/blog/o-que-e-o-transporte-multimodal> >. Acesso em: 28 jul. 2020.

3.5 A integração brasileira na ótica de Carlos de Meira Mattos

Meira Mattos alistou-se ao EB em 1936 e, desempenhou diversas funções, dentre elas: chefe da Divisão de Assuntos Políticos da ESG e de comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Da vasta obra publicada podemos pontuar: *Brasil-Geopolítica e Destino* (1975) e *A Geopolítica e a Teoria de Fronteira* (1990). Foi também conferencista em múltiplas instituições nacionais e internacionais, além de colaborador de publicações especializadas brasileiras e latino-americanas. Encerrou sua carreira em 1977, desempenhando, em seguida, as funções de Diretor do Curso de Especialização em Estudos Brasileiros na Universidade Mackenzie, na cidade brasileira de São Paulo (FREITAS, 2004).

Ademais, Meira Mattos é representante da escola realista de Hobbes, acreditando que o conflito mundial é caracterizado pelas transações internacionais, pois não existe harmonia de interesses entre os Estados, exceto quando dominados por uma política de poder. Ele afirma que é no poder que os Países encontram a segurança contra as ameaças, que no caso brasileiro poderiam ser representadas pelas nossas expostas fronteiras, instabilidade política e debilidades socioeconômicas (MATTOS, 2002).

Da mesma forma que o General Golbery, Meira Mattos apresenta em sua obra *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977), a desvalorização do interior do Brasil pelo governo federal. Destaca os vazios demográficos no interior, ressaltando a predominância da população no litoral e que por esse motivo é grande a ligação com mar, o que comprova a reduzida exploração da navegação fluvial no território. Em que pese essa constatação, Meira Mattos propôs como solução, a interiorização de cidades modernas e autossuficientes economicamente. Essa iniciativa tem por objetivo, retirar dos ombros do governo federal o fardo da obrigação de explorar essas áreas, pois esse movimento em direção à fronteira oeste iria contribuir com a integração nacional. Além de ampliar indiretamente a influência

sobre os outros Estados sul-americanos, estimulando o povoamento e desenvolvimento dessas regiões (MATTOS, 1977). Ideia semelhante à do General Golbery de ocupação dos territórios limítrofes do País, próximos à bacia Platina.

Percebemos que Mattos se alinha aos postulados de Mário Travassos na questão de interligar meios de transporte na busca pelo desenvolvimento regional por meio tráfego comercial. Além disso, Mattos e o General Golbery incentivavam a integração da unidade nacional, com ocupação do interior do País e da fronteira oeste. Ademais, o autor ampliou suas ideias para os Estados sul-americanos.

Dentro desse contexto, Mattos propôs à adoção da continentalização, que trata da utilização da moderna tecnologia dos transportes e da comunicação para incrementar o desenvolvimento dessas áreas interiores. Da mesma forma como Mário Travassos observou a importância do triângulo geopolítico boliviano, formado pelas cidades de Santa Cruz, Cochabamba e Sucre, a área próxima aos “nudos” andinos serviria como local centralizador da referida integração, descrita como a “hinterlândia”³⁵ do subcontinente sul-americano (MATTOS, 2011).

No fim da década de 1960 e início da década de 1970 o Brasil obteve um aumento elevado na taxa de crescimento econômico, com expansão no desenvolvimento da economia, aumento no PIB e um decréscimo na inflação, cujo fenômeno ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Com esse cenário favorável, Meira Mattos previu que o Brasil chegaria ao patamar de potência mundial no ano 2000, considerando a história e união da população brasileira, a extensão do território com seus recursos naturais e a sua geografia em relação aos outros Estados. Tal previsão seria alcançada com a continuidade do projeto de governo do Presidente Costa e Silva (1899-1969), que governou o País entre

³⁵ O termo hinterlândia se trata de uma área econômica e geográfica na qual um sistema de transporte pode ser interessante para atrair cargas e pessoas. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/hinterlandia/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

1967 e 1969, período que priorizou a exploração do espaço continental. O chamado Projeto de Desenvolvimento Nacional (PDN) previa investimentos, principalmente nas regiões do centro-oeste e da Amazônia, em infraestrutura de comunicações e de transportes. O projeto era baseado em ideias defendidas pelo General Golbery do Couto e Silva, como facilitar a manutenção da segurança e da defesa nas regiões, tornando possível a ocupação dos vazios demográficos pela valorização das áreas interiores. Nesse contexto, Carlos de Meira Mattos reformulou suas previsões, devido à crise do petróleo de 1973 que culminou na criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A crise que se seguiu impactou a economia brasileira e afetou o PDN, reduziu, mas não paralisou o crescimento econômico, e obrigou Mattos a reavaliar sua projeção, alterando a previsão de pleno desenvolvimento para 2020 (MATTOS, 2011).

Assim, com esse capítulo finalizamos a apresentação dos postulados de alguns geopolíticos brasileiros que serão essenciais para respondermos o que nos foi proposto. A seguir abordaremos a crise entre Argentina e Brasil pelo aproveitamento dos rios compartilhados, cuja análise será concluída no último capítulo.

4 A DISPUTA ENTRE BRASIL E ARGENTINA PELO APROVEITAMENTO DOS RIOS INTERNACIONAIS QUE COMPÕEM A BACIA DO PRATA

Abordaremos nesse capítulo o conflito de interesses entre Argentina e Brasil, em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados, no período de 1960 a 1980, com foco na construção da hidrelétrica de Itaipu. Detalharemos a seguir os eventos dessa contenda, desde a crise energética no início da década de 1960 até a assinatura do Acordo Tripartite (1979), passando pelas reuniões dos chanceleres e destacando a participação do Paraguai no projeto Itaipu.

4.1 A origem do aproveitamento hidrelétrico

Em 1962, inicia-se o interesse do Brasil pelo aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, no seu trecho contíguo entre Brasil e Paraguai, região de Sete Quedas ou Salto de Guaíra, conforme a FIG. 4. Porém essa região se encontrava em litígio com o Paraguai desde o Tratado de Limites³⁶ de 1872, quando o Brasil se apressou em assiná-lo em nove de janeiro do mesmo ano. O governo paraguaio não considerava a demarcação da linha de fronteira, proposta pelo tratado, como definitivo. Então, a ideia de desviar o rio, sem consentimento e correr em território brasileiro, não era bem vista e constituiria uma violação de fronteira, atentando contra o princípio da soberania, sendo motivo de protesto pelo Paraguai (BETIOL, 1983; PEREIRA, 1974).

³⁶ O Tratado que define a fronteira Brasil-Paraguai desde a foz do rio Apa, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, até a foz do rio Iguazu no Paraná, foi assinado em nove de janeiro de 1872. Disponível em: <<http://info.incc.br/pahist.html>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

4.2 A escolha da região para construção de Itaipu

Com o resultado dos levantamentos realizados no rio Paraná entre Sete Quedas e Foz do Iguaçu, chegou-se à conclusão que essa era a área com grande potencial hidrelétrico podendo gerar milhões de quilowatts. Optou-se pela construção de uma barragem na região de Sete Quedas ou Salto de Guaíra, que traria o melhor retorno; embora a localidade de Santa Maria, localizada a 13 quilômetros abaixo oferecesse mais atrativos, porém era uma área compartilhada com a Argentina (PEREIRA, 1974). E não fazia parte dos planos geopolíticos brasileiros realizar um projeto em conjunto com os argentinos.

4.3 Início das negociações entre Brasil e Paraguai

Com o intuito de solucionar os problemas dos limites fronteiriços entre os dois Países foi constituída uma Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai. A comissão vinha realizando seus estudos normalmente quando o Brasil resolveu a ampliar seus projetos de construção da hidrelétrica na região em litígio, o que provocou mais reações negativas por parte do governo paraguaio (BETIOL, 1983).

Devido à animosidade criada na relação entre os Países, o então Presidente do Brasil João Goulart (1919-1976), que governou o País no período de 1961 a 1964, empenhou-se em desfazer equívocos e marcou um encontro com Alfredo Stroessner (1912-2006), Presidente paraguaio (1954-1989) da época, no estado brasileiro do Mato Grosso, para tratar sobre o aproveitamento dos rios internacionais da bacia do Prata; eles combinaram que qualquer decisão seria feita em comum acordo (PEREIRA, 1974).

Goulart temia pela grave crise energética que se aproximava, a qual poderia provocar agitação e descontentamentos por parte da população e, antes que isso

acontecesse, o governo passou a adotar um rígido racionamento de energia, com intuito de postergar ao máximo a paralisação da economia (PEREIRA, 1974).

Em virtude da crise energética, o Brasil tinha urgência em ampliar sua capacidade de geração de energia, a fim de suprir a demanda nacional. Era óbvio que a solução estava no aproveitamento do enorme potencial hidrelétrico existente, até porque já haviam estudos comprobatórios e por se tratar de uma energia mais barata do que importar o petróleo e seus derivados. Então, o governo brasileiro viu nos rios da bacia Platina uma grande importância, uma vez que as hidrelétricas poderiam gerar a energia necessária para atender as indústrias que estavam em crescente evolução na região Sudeste do País, além de suprir a demanda da população. Entretanto, o projeto Itaipu previa o desvio do rio Paraná e, o erguimento da barragem poderia ocasionar algum tipo de prejuízo aos demais Estados ribeirinhos águas abaixo, seja na navegação fluvial ou na redução do volume d'água, o que dificultaria a construção de outras hidrelétricas por parte desses Países (SCHILLING, 1974).

Atentamente, o governo argentino acompanhava todas as negociações entre Brasil e Paraguai e, temia pela construção de uma hidrelétrica a montante do rio Paraná, haja vista a Argentina ser um País ribeirinho águas abaixo, com grandes interesses no potencial hidrelétrico do rio. Por outro lado, a Argentina não teria outros rios em seu território com potencial energético, tendo que recorrer a outros tipos de energia como a nuclear, que seria muito mais cara. (SCHILLING, 1974).

Em 1964, com a chegada dos militares à presidência, o Brasil muda o andamento das tratativas com o Paraguai. Entretanto, a ideia do desvio do rio continuou causando transtornos para a diplomacia brasileira. Até que, em 1966, o então chanceler brasileiro Juracy Magalhães (1931-2009) mandou divulgar, em Assunção, que o Brasil

estaria disposto a dividir a participação com o Paraguai em um futuro aproveitamento hidrelétrico da região de Sete Quedas, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. O que foi encarado de forma positiva pelos paraguaios e considerado um progresso nas relações entre os Países (PEREIRA, 1974).

Para Schilling (1974), o projeto Itaipu deve ser analisado de uma forma mais ampla, dentro de um conceito de estratégia de cunho geopolítico, baseado nos estudos da ESG, os quais influenciaram os governos militares. Dentro desse contexto, destacamos o papel do General Golbery que alertava para as áreas limítrofes do Brasil, principalmente a região que compreende a bacia do Prata. Quando, a partir de 1964, o Brasil põe em prática os postulados dos geopolíticos brasileiros, que se baseavam em políticas que defendiam o desenvolvimento interno associado à busca pelos interesses nacionais e o projeto Itaipu fez parte dessa estratégia, com o objetivo de buscar uma projeção no subcontinente.

Os geopolíticos argentinos viam, com receio, o crescimento do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Já os geopolíticos brasileiros, entre eles o General Golbery, por sua vez, estimulavam essa inquietação com suas declarações desenvolvimentistas, que eram percebidas como alinhadas com a teoria realista de Hobbes (SCHLLING, 1974).

Em 1968, o Brasil se abre ao investimento externo com a chegada de novas empresas, gerando empregos e melhorando a renda do trabalhador, proporcionando melhorias na qualidade de vida da população. Com o índice da taxa de crescimento econômico aumentado, o Estado passou a ter maior credibilidade e influência no cenário mundial, esse período é conhecido como “milagre econômico brasileiro”.

4.4 A disputa pelo eixo comercial da bacia Platina

Na visão geopolítica da época, as causas da crise se encontravam nos inconciliáveis interesses brasileiros e argentinos, com respeito ao eixo do tráfego comercial que marca o rio Paraná, principal curso d'água da bacia e, seriam aumentadas pela questão do aproveitamento dos recursos hídricos do Prata. O Brasil defendia a horizontalidade, eixo perseguido historicamente desde o Tratado de Tordesilhas, que favorecia seus portos de águas profundas, por meio dos corredores de exportação e, trazia para sua área de influência a Bolívia e o Paraguai, considerados Países mediterrâneos. Para a Argentina, convinha manter o curso natural das águas no sentido norte-sul, que desembocavam no estuário do Prata, o que facilitaria o escoamento da produção agrícola, das áreas produtoras de cereais e frutas do litoral, pelo porto de Buenos Aires, ao mesmo tempo em que contribuiria para a saída da Bolívia e do Paraguai para o mar, podendo, dessa forma, exercer influência sobre a economia daqueles Países (ZUGAIB, 2006).

4.5 A posição geográfica a favor do Brasil

A expressão “dois grandes” era como os geopolíticos denominavam a Argentina e o Brasil, nas décadas de 1960 e de 1970, quando se tratava da bacia do Prata. A justificativa era que somente esses dois Estados possuíam meios instrumentais suficientes para alcançar seus objetivos nacionais e regionais. O Brasil possuía vantagens que lhe asseguravam maior influência sobre a ordem de fato e de direito reinante na região. Essas vantagens advinham, em grande parte, do fato de o País dispor de uma condição privilegiada águas acima como podemos comprovar por meio da teoria realista de

Morgenthau. Essa posição geográfica lhe permitia controlar o curso dos três rios que formam a bacia, por se encontrarem as nascentes em território brasileiro. O Brasil ainda possuía a exclusiva possibilidade de operar simultaneamente com os dois eixos da bacia, o natural norte-sul e o tradicional leste-oeste. Esse último utilizado desde a época dos bandeirantes e mais tarde equipado com portos modernos (Paranaguá, Rio Grande e Santos). Além de assegurar ao País a almejada relação bioceânica (Atlântico e Pacífico), permitia-lhe provocar a saída do comércio sul-americano por seus portos de águas profundas, com o que obtinha o controle do comércio exterior dos demais Países platinos (ZUGAIB, 2006).

4.6 Ata das Cataratas (1966)

Nos dias 21 e 22 de junho de 1966, reúnem-se na cidade brasileira de Foz de Iguaçu, os então Ministros das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Raúl Sapena Pastor (1908-1989), para discutir vários aspectos da relação entre os Países – nesse momento foi efetivamente assinada a Ata das Cataratas ou Iguaçu, de acordo a FIG. 5. Dois itens devem ser destacados na ata mencionada, o item quatro, no qual os MRE do Brasil e do Paraguai concordaram em estabelecer que a energia elétrica produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde a cachoeira de Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu, seria dividida em partes iguais entre os dois Países, ficando a cargo somente desses dois Países o aproveitamento da energia gerada; e o item cinco, que convieram, ainda, os chanceleres em participar da reunião dos MRE dos Estados ribeirinhos da bacia do Prata, a se realizar em Buenos Aires, a convite do governo argentino, a fim de estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da

região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e do bem-estar das populações. A ata foi considerada o ponto de partida na cooperação entre os Estados para a assinatura do Tratado de Itapu (BETIOL, 1983; CANESE, 1985).

Em referência ao item quatro, exclui-se a participação no projeto Itaipu e no consumo de energia por qualquer outro Estado (BETIOL, 1983). Isso se revelou motivo da revolta por parte do governo argentino, que sinalizava como uma atitude realista do governo militar brasileiro.

Ainda com relação ao item anterior, fica claro que o Paraguai foi o País mais beneficiado: poder participar do projeto em território brasileiro; dividir igualmente a energia gerada pela hidrelétrica; e ainda poder obter lucros com a venda dos excedentes da geração não consumida, tendo o Brasil como preferência para aquisição da mesma energia a preço justo (PEREIRA, 1974).

De acordo com o item cinco constitui-se uma faca de dois gumes, se por um lado percebemos que Brasil e Paraguai atendem ao convite da reunião para a criação de um grupo da bacia do Prata, com o pensamento voltado para a cooperação multilateral e o desenvolvimento harmônico da região. Por outro lado, Brasil e Paraguai ao mesmo tempo tentam resolver isoladamente a questão sobre a divisão da energia em partes iguais (BETIOL, 1983; PEREIRA, 1974).

4.7 A primeira reunião de chanceleres da bacia do Prata (1967)

O então presidente argentino Arturo Illia (1900-1983), durante seu governo (1963-1966), alegando um esforço conjunto, visando promover a integração dos Países e organizar o aproveitamento dos rios internacionais, iniciou consultas com os outros Estados

do Cone Sul para um futuro encontro. Em 1966, pouco antes de sua queda, formalizara convite ao Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia para a primeira reunião de chanceleres da bacia do Prata, que seria realizada em fevereiro de 1967, em Buenos Aires, onde pretendia limitar as ações do Brasil, propondo aos Países da bacia Platina uma política de cooperação multilateral em relação ao aproveitamento das águas fluviais (BETIOL, 1983; ZUGAIB, 2006). Ideia que não agradava ao Brasil e colocava em risco o projeto Itaipu.

Nessa reunião foram definidos os objetivos de uma ação conjunta dos Países platinos em prol do desenvolvimento regional. A Argentina, por sinal, tinha grande interesse na reunião, por ser um País águas abaixo, o que a colocava em posição de desvantagem em relação ao Brasil. Os argentinos buscavam um entendimento no âmbito da bacia, com o intuito de desenvolver projetos conjuntos e, evitar que as realizações de obras águas acima viessem a causar danos ao seu País, principalmente no que tange à navegação fluvial e na redução do volume d'água (CAUBET, 1989; ZUGAIB, 2006).

Ao fim da reunião surge a Declaração de Buenos Aires, na qual os diplomatas participam que a decisão de seus governos foi de se estudar uma forma conjunta de integrar os Países componentes da bacia do Prata, com o objetivo de criar acordos comerciais multilaterais, bilaterais e nacionais, a fim de promover o crescimento econômico e desenvolvimento da região. Essa declaração significou uma base política para a continuidade dos esforços no sentido da institucionalização do grupo da bacia Platina (BETIOL, 1983).

Dentro desse contexto da declaração, percebe-se que o governo argentino não desejava retardar o aproveitamento dos rios sucessivos da bacia Platina, pelo contrário, pois também era de seu interesse usufruir da energia gerada. A preocupação era garantir que toda construção a montante do rio Paraná fosse realizada com consulta prévia a todos os

Estados ribeirinhos. Então, esse passaria a ser considerado o principal argumento contra a construção da hidrelétrica de Itaipu (BETIOL, 1983; CAUBET, 1989).

Ao final da reunião ficaram evidenciados quais eram os reais objetivos geopolíticos argentinos: retardar o desenvolvimento brasileiro criando pretextos para a não construção das hidrelétricas, ressaltando a consulta prévia e, caso construídas, que a energia fosse dividida com todos os outros Estados ribeirinhos, alegando um desenvolvimento regional. Essa foi a razão da insistência do governo argentino em fazer um acordo multilateral, o que o governo brasileiro jamais aceitou, pois perderia sua soberania na utilização dos seus rios.

4.8 A segunda reunião de chanceleres da bacia do Prata (1968)

Em 1968, realizou-se, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a segunda reunião de chanceleres, onde é assinada uma outra ata, ficando acordado os primeiros contornos jurídicos da bacia Platina. Nessa reunião, mesmo com as divergências entre Argentina e Brasil, em propósitos e interesses, aprova-se o estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), que tem a função de preparar um tratado para institucionalizar as relações da bacia Platina, a ser apresentado aos Estados-membros na próxima reunião, onde seria assinado o Tratado da Bacia do Prata (CAUBET, 1989; ZUGAIB, 2006).

Um ponto a salientar é a respeito do CIC que adotou a regra da unanimidade, ou seja, um verdadeiro poder de veto. Isso reflete uma das características do Tratado da Bacia do Prata, que veremos mais adiante, a intenção dos seus signatários, principalmente

Argentina e Brasil, de evitar qualquer caráter de supranacionalidade³⁷ que pudesse afetar o exercício de suas soberanias (CAUBET, 1989; ZUGAIB, 2006).

4.9 A terceira reunião de chanceleres e a assinatura do Tratado da Bacia do Prata (1969)

Ao propor a terceira reunião, a ser realizada na cidade de Brasília, no Brasil, para assinatura do Tratado da Bacia do Prata (1969), a Argentina esperava que a institucionalização de uma cooperação internacional dos Países pertencentes à bacia do Prata, com atribuição para examinar a viabilidade de estudos e planejamentos conjuntos da região, viesse a favorecer a consagração do princípio da consulta prévia, assegurando que tudo fosse feito de forma sustentável³⁸ (ZUGAIB, 2006).

No entanto o tratado negociado nas reuniões anteriores por todos os Estados componentes da bacia resguardou o princípio da soberania e da liberdade dos Países, em executar as construções de seu interesse, mesmo a montante do rio Paraná, sem preocupação com os possíveis prejuízos águas abaixo, o que garantiria ao Brasil prosseguir com os estudos do projeto Itaipu (BETIOL, 1983).

Diante do equilíbrio de poder existente entre os dois Países na América do Sul, o projeto Itaipu está dentro do contexto das concepções desenvolvimentistas relacionadas a geopolítica dos militares brasileiros e argentinos, que na época governavam seus Países e acirravam a disputa pelo protagonismo sul-americano, não era simplesmente a geração de energia, a questão não era técnica. A energia gerada pelas hidrelétricas era de fundamental

³⁷ Que está acima do poder ou do governo de cada Estado (em separado). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/supranacionalidade/>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

³⁸ Além de propor a utilização parcimoniosa dos recursos naturais para garantir o seu uso pelas gerações futuras, postula o crescimento econômico baseado no aumento da eficiência de uso da energia e dos recursos naturais, com o foco na melhoria da qualidade de vida de toda a população. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/vocabulario.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

importância para abastecer as indústrias dos dois Estados, em prol do desenvolvimento e crescimento econômico, porém o Brasil optou pela construção de uma hidrelétrica sem participação dos argentinos, com o fito geopolítico e não econômico, pois a supremacia no subcontinente estava em jogo, fortalecendo a busca pelo poder e, em defesa dos interesses nacionais, como comprova Hobbes em sua teoria realista (SCHLLING, 1974).

4.10 O acirramento das divergências entre Argentina e Brasil

Pretendiam os argentinos um desvio das águas do rio Paraná, para serem despejadas no rio Uruguai, o que na visão deles aumentaria o rendimento da hidrelétrica, porém o medo da Argentina era referente ao percurso do rio Paraná que corria País adentro, o que não acontecia com rio Uruguai. O temor para eles era que pudesse haver algum problema de condução da represa causando um verdadeiro “tsunami” nas províncias argentinas. Ainda assim o governo argentino tentou por diversas formas chegar a um acordo com o Brasil, a fim de solucionar a questão sobre o aproveitamento dos recursos hídricos, para que esse aproveitamento fosse feito de forma compartilhada. O governo brasileiro se mostrava irredutível a qualquer possibilidade de um acordo para a inclusão do País vizinho no projeto de Itaipu. Como não obteve sucesso com os pleitos, a Argentina passou a colocar entraves para a conclusão do projeto Itaipu. (PEREIRA, 1974)

4.11 A Conferência do Meio Ambiente (1972)

O governo argentino tenta de todas as formas embargar o projeto Itaipu, então surge um novo debate, em torno da questão ambiental, que ganha força em junho de 1972, na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo, quando Argentina

e Brasil colocaram em pauta os elementos do impasse em torno da construção. De um lado, a Argentina trazendo a ideia da consulta prévia, sem sucesso, do outro, o Brasil em defesa do livre aproveitamento dos recursos naturais sob o princípio da soberania, em prol do desenvolvimento do País, porém com a condição de não causar danos aos Estados ribeirinhos, executando o projeto de forma sustentável (PEREIRA, 1974).

4.12 A Resolução 2995, da XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Durante a XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas³⁹, em Nova Iorque, chancelarias argentina e brasileira se reuniram, com a intenção de buscar uma solução que conciliasse seus interesses (BETIOL, 1983). Como fruto da reunião surge o Acordo de Nova Iorque, onde o Brasil admitia que “na exploração e desenvolvimento de recursos naturais, os Estados não devem causar efeitos prejudiciais em zonas situadas fora de sua jurisdição nacional” e, se comprometiam as partes a dar “conhecimento oficial e público dos dados técnicos relativos aos trabalhos, a serem empreendidos pelos Países dentro de sua jurisdição nacional” além de reconhecerem a cooperação entre os Estados no campo do meio ambiente (ZUGAIB, 2006). O acordo acabou sendo aproveitado na XXVII Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e se tornou a Resolução 2995 (BETIOL, 1983).

Para o Brasil esse acordo representou uma vitória diplomática, deixando o País livre para construir Itaipu, tendo somente a obrigação de informar os dados técnicos do projeto. Não podemos dizer o mesmo para o governo argentino, que criticou muito o

³⁹ A Assembleia Geral da ONU é o principal órgão deliberativo da ONU. É lá que todos os Estados-Membros da Organização (193 países) se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta. Na Assembleia Geral, todos os países têm direito a um voto, ou seja, existe total igualdade entre todos seus membros. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/assembleia-geral/> >. Acesso em: 03 ago. 2020.

acordo, pois se percebeu que a consulta prévia para qualquer tipo de construção à montante do rio Paraná ficou descartada, assegurando o princípio de não causar danos aos Estados ribeirinhos (PEREIRA, 1974; ZUGAIB, 2006).

Outro aspecto importante seria por ocasião do alagamento da hidrelétrica de Ilha Solteira, construída em trecho exclusivamente brasileiro do rio Paraná. Quando a atitude do Brasil foi interpretada pela Argentina como demonstração de falta de vontade de facilitar a informação a respeito da operação como aconteceu em Jupia. Pelo contrário o Brasil encaminhou os dados técnicos, mesmo não vendo necessidade, pois entendia-se, que pelo fato da hidrelétrica se encontrar totalmente em território brasileiro e por já existir a barragem de Jupia a jusante de Ilha Solteira, não seria causado nenhum dano à Argentina. (PEREIRA, 1974; ZUGAIB, 2006). O Brasil entendia que as reações argentinas eram conflituosas e dessa maneira a relação entre os dois Países só pioravam com o passar do tempo.

4.13 O Tratado de Itaipu (1973)

O governo argentino tinha demorado em iniciar estudos para o desenvolvimento de uma política energética, entretanto com a crise do petróleo de 1973, não restou outra alternativa senão engajar na exploração de energia com hidrelétricas. Estudos apontavam que o aproveitamento do rio Paraná, em território argentino, não possuía um potencial tão abundante, quanto no Brasil. O ideal seria a divisão da geração de energia com o Brasil, porém a política brasileira pretendia excluir totalmente a Argentina do projeto. Inclusive, o Brasil poderia ter escolhido a região de Salto de Santa Maria para desenvolver o projeto, região que tinha maior rendimento em quilowatts, entretanto era uma região compartilhada com o país vizinho e isso não era do interesse geopolítico brasileiro.

Restou ao governo argentino que as hidrelétricas de Corpus e Apipé-Yaciretá⁴⁰ conseguissem explorar todo seu potencial, mesmo sendo afetadas com a redução do volume d'água vinda da barragem de Itaipu. (PEREIRA, 1974).

A escolha de uma região inferior no potencial hidrelétrico, porém em território brasileiro, para não ter que realizar tratativas com a Argentina e a aliança com o Paraguai no projeto binacional, para que eles não se unissem em projeto futuro, é fruto das concepções geopolíticas brasileiras dos militares que governavam o Brasil na época. Compreendemos que esses conjuntos de fato associados a outros estavam relacionados à disputa pela supremacia do Cone Sul.

Para Schilling (1974), a Argentina se sentia ameaçada e muito apreensiva com a possibilidade da represa de Itaipu se romper. Entretanto, o Brasil entendia que não passava de desculpas visando sabotar o projeto Itaipu. Alguns técnicos argentinos subsidiavam com dados ao MRE do seu Estado, com a intenção de informar sobre o perigo que representaria a construção de Itaipu a montante do rio Paraná, pois caso acontecesse alguma falha na construção ou até mesmo de operação, colocaria em risco os habitantes de seis provinciais e várias cidades argentinas que se situam na beira do rio.

Já o governo paraguaio não tinha interesse de entrar em conflito com nenhum de seus vizinhos e, assim fazia uma política pendular ora alinhada com Argentina para construção de Corpus, ora parceiro do Brasil para construção de Itaipu. Essa indefinição do Paraguai era um sinal de que o Brasil teria que barganhar muito para construir sua usina com o vizinho e que não seria suficiente prometer somente a divisão da energia (PEREIRA, 1974). Em contrapartida o Brasil ressaltava a utilização dos portos do Atlântico Sul pelos

⁴⁰ Projetos para a construção de duas usinas hidrelétricas no rio Paraná, sendo uma na região de Yaciretá e outra na região de Corpus Christi, ambas na fronteira com o Paraguai, localizadas no mesmo rio e à jusante de Sete Quedas (BARROS, 2019).

paraguaios, principalmente o porto de Paranaguá a taxas diferenciadas, visto que eles não possuíam saída para o mar.

Em 26 de abril de 1973, os presidentes Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) pelo Brasil e Stroessner pelo Paraguai, assinaram o Tratado de Itaipu, conforme a FIG. 6, o qual estabeleceu que os dois Países, em comum acordo, explorassem o potencial hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, desde e inclusive a região de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do rio Iguçu.

Em síntese, os aspectos políticos do conflito de interesses entre Argentina e Brasil, na bacia do Prata, sobrepunham-se a qualquer tentativa de estabelecer critérios jurídicos para a resolução dos problemas relativos ao aproveitamento dos recursos hídricos compartilhado. De tal forma que, somente dez anos após a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, um acordo entre Argentina, Brasil e Paraguai, Acordo Tripartite (1979), daria uma solução final ao problema de Itaipu-Corpus.

4.14 O Acordo Tripartite (1979)

Em outubro de 1979 foi assinado o acordo, com o propósito de equacionar o problema do aproveitamento dos recursos hídricos no trecho do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do rio da Prata, sendo fato fundamental para a mudança das relações argentino-brasileiras.

4.15 A ruptura do equilíbrio de poder: expansão brasileira e retrocesso argentino

Assim a expansão econômica do Brasil, cujo PIB desde 1968 começara a crescer com taxas de 9%, 10% e 11% ao ano, contrastou com a relativa estagnação da

Argentina e, acarretou desequilíbrio de poder cada vez maior na América do Sul, sendo a verdadeira essência da controvérsia entre os dois Países em torno do projeto de Itaipu. Revertia-se radicalmente a posição de supremacia alcançada pela Argentina entre as décadas de 1920 e de 1950. O PIB brasileiro que à época áurea vivenciada pela Argentina representava apenas 0,9% do argentino, o ultrapassaria em aproximadamente quatro vezes nos anos 1980 (ZUGAIB, 2006).

Com o fim desse capítulo, concluímos o desenvolvimento do trabalho, onde apresentamos todos os acontecimentos da crise entre Argentina e Brasil, a respeito da construção de Itaipu, que serão analisados no capítulo seguinte com intuito de respondermos de forma clara e sucinta as duas questões propostas pelo trabalho.

5 CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi apresentado no desenvolvimento desse trabalho, cabe agora analisarmos a teoria realista na visão dos três pensadores e os postulados dos quatro geopolíticos brasileiros, abordados em relação ao aproveitamento dos rios internacionais que compõem a bacia do Prata, com a intenção de respondermos a seguinte questão proposta pelo trabalho: sob a ótica da teoria realista, a construção da hidrelétrica de Itaipu foi uma estratégia de cunho econômico ou geopolítico para o Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, com o fito de alcançar o protagonismo na América do Sul?

Alertamos que antes da contenda entre Argentina e Brasil sobre o aproveitamento do rio Paraná, os Países já não possuíam uma boa relação. Um dos fatores que contribuía para essa animosidade era a busca do Brasil pela alteração do eixo comercial norte-sul, para o eixo leste-oeste, o que empregaria os corredores de exportação de Mário Travassos, a fim de favorecer seus portos no Atlântico Sul e trazer para seu lado de influência a Bolívia e o Paraguai, Países mediterrâneos, além de enfraquecer o porto argentino de Buenos Aires.

Para dar início ao projeto Itaipu, o Brasil precisou negociar muito com o Paraguai, pois a possível construção se localizava em uma área de litígio, conhecida como região de Sete Quedas ou Salto de Guáira, onde os paraguaios não reconheciam as linhas fronteiriças definidas pelo Tratado de Limites de 1872. Coube ao governo brasileiro negociar, por meio da diplomacia, a solução do descontentamento paraguaio que só veio por meio da divisão igualitária da energia gerada pela hidrelétrica e da obtenção de lucros com a venda dos excedentes da geração não consumida, tendo o Brasil à preferência para aquisição da mesma energia a preço justo. Outro ponto importante que o Brasil utilizava a seu favor era o fato de o Paraguai não ter saída para o mar, o que fazia dele um refém dos

portos do sul do Brasil, tendo o porto de Paranaguá uma taxa reduzida para navios paraguaios.

A professora Therezinha de Castro correlacionou seu pensamento à ideia de Mário Travassos, onde o Estado brasileiro deveria exercer seu protagonismo dentro da América do Sul, a começar pela assinatura do Tratado da Bacia do Prata foi um exemplo da postura realista na defesa do princípio da soberania.

Aproveitaremos o ponto de vista da teoria realista de Homer-Dixon, o conflito de escassez simples e o que mais se enquadra dentro das relações internacionais, pois é travado entre os Estados em busca de defender suas ideias nos campos político e econômico. Essa disputa ocorre quando os países calculam tirar vantagens de uma situação, como foi o caso brasileiro, tendo ao favor o controle do curso dos três rios que formam a bacia, por se encontrarem as nascentes em território brasileiro, se aproveitando da posição geográfica a montante do rio Paraná, para a construção de Itaipu.

Ainda dentro desse contexto da posição geográfica, o teórico realista de Mongenthau ressalta ser um fator de poder, então governo brasileiro soube utilizar essa posição ao seu favor, por meio da construção da hidrelétrica, buscando sua autossuficiência energética e, conseqüentemente, sua projeção na América do Sul, contribuindo negativamente para as pretensões argentinas: ameaçando a construção de outras hidrelétricas a jusante de Itaipu e dificultando assim a sua produção de energia, inibindo sua expansão econômica. Optou-se pela construção de uma barragem na região de Sete Quedas, que traria o melhor retorno, embora Santa Maria, localizada a 13 quilômetros abaixo, oferecesse mais atrativos – mas como já elucidamos essa era uma área de fronteira com a Argentina e, portanto não fazia parte dos planos geopolíticos brasileiros.

Na ESG, o General Golbery do Couto e Silva, que foi um dos principais influenciadores do regime militar, estabeleceu indicadores que alicerçariam as bases dos planos de desenvolvimento para aquela época. O Brasil colheria os frutos a partir de 1968 e durante toda a década de 1970, com altos índices de crescimento econômico, tendo como grande contribuição a energia vinda das usinas hidrelétricas.

Utilizamos a teoria realista de Hobbes para explicar que na América do Sul predominava o equilíbrio de poder, por meio de uma bipolaridade, porém os dois Países, Argentina e Brasil, desejavam buscar o protagonismo. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970, começavam a surgir divergências entre os dois Estados pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná. O Brasil de um lado buscava a supremacia no subcontinente, por meio da construção da hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai, onde geraria energia para suas indústrias. Assim, o governo brasileiro defendia os interesses nacionais, deixando de fora a Argentina, seu principal concorrente, promovendo a ruptura do equilíbrio de poder. Por outro lado, a Argentina contrabalanceava argumentando que qualquer construção no rio deveria haver uma consulta prévia aos Estados ribeirinhos.

Em diversos encontros o governo argentino tentou sem sucesso a busca pela consulta prévia, para toda a construção águas acima. Porém, a intenção dos Estados em preservar suas soberanias e garantir a liberdade de executar obras de seu interesse, dentro de seus limites, constituíam os princípios do Tratado da Bacia do Prata, dessa forma, a cooperação multilateral, tão desejada pela Argentina, não foi aceita. Lembrando que todos os argumentos foram discutidos e previamente negociados, em várias reuniões, cuja base era a manutenção dos interesses individuais de cada País. Diante do exposto pelo tratado em relação ao aproveitamento do rio, evidenciou-se o caráter realista de Hobbes adotado

pelo Brasil. Esse foi mais um aspecto que fomentou a ruptura do equilíbrio de poder, pois a Argentina tinha o objetivo de colocar entraves no desenvolvimento brasileiro.

O General Golbery difundiu o pensamento de ocupação da fronteira sul do Uruguai até o estado do Mato do Grosso. Meira Mattos tinha uma ideia parecida e chamou-a de movimento para o oeste - tinha o intuito de interiorizar as cidades, a fim de promover o povoamento do interior do País. Além disso, acrescentamos a política de transportes de Mário Travassos, defendida por Therezinha de Castro, conhecida por corredores de exportação. Em síntese, as ideias apresentadas, mais a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, contribuíram definitivamente para aumentar a influência política e econômica do Brasil sobre os Estados da bacia do Prata e aguçar a rivalidade com a Argentina.

Mesmo em desvantagem na posição geográfica em relação ao Brasil, coube ao governo argentino garantir que as hidrelétricas de Corpus e Apipé-Yaciretá, que seriam construídas águas abaixo de Itaipu, conseguissem explorar todo seu potencial. Ademais, mesmo não obtendo sucesso na geração aceitável de energia, elas poderiam represar, mesmo que de forma precária, as águas vindas de Itaipu, caso acontecesse alguma falha na construção ou até mesmo de operação da usina, fato esse alertado pelos seus engenheiros.

Diante de todos os fatos apresentados, enfatizamos os apontamentos do General Golbery do Couto e Silva adicionado ao papel da diplomacia brasileira nas negociações, complementando com vigor nas decisões dos governantes militares. O projeto Itaipu representou para o Brasil a concretização de uma estratégia de cunho geopolítico e não econômica e nem técnica, pois foi constituído o projeto da usina hidrelétrica como desejava o Brasil e em contra partida a Argentina ficaria com dificuldades de construir hidrelétricas a jusante de Itaipu; o projeto se deu em conjunto com o Paraguai deixando de fora os argentinos, com a intenção de que eles não fizessem proveito da energia gerada, impedindo

assim sua expansão econômica; o Brasil alcançaria sua a autossuficiência energética; estimulou o povoamento, comércio, segurança nacional e o desenvolvimento da região da bacia do Prata, aumentou a influência política e econômica na região e por último contribuiu para o desenvolvimento da economia do País.

Concluímos também que pela ótica da teoria realista, soube o governo brasileiro, liderado pelos militares, defender os interesses nacionais. Assim o Brasil fruto da concepção geopolítica atinge uma expansão econômica, cujo PIB, desde 1968, começara a crescer com taxas de 9%, 10% e 11% ao ano, alcançando índices jamais vistos. Esse crescimento foi devido à geração de energia das usinas hidrelétricas, que abasteceu as indústrias do Sudeste, gerando emprego e renda para a população, contrastando com a situação argentina que apresentava uma estagnação econômica. Isso acarretou em um desequilíbrio de poder entre os dois Países, fazendo com o que o Brasil ascendesse como o primeiro grande Estado da América do Sul, permanecendo a Argentina sem condições de contrabalanceá-lo.

Por fim, sugere-se como futura linha de pesquisa o estudo de outros casos envolvendo projetos com viés geopolítico associados à teoria realista, a fim compreendermos as decisões dos governantes.

REFERÊNCIAS

ATA DE IGUAÇU, 1966. In: BETIOL, Laércio. *Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BARROS, Luiz E. P. *A diplomacia entre as quedas: o litígio fronteiriço entre Brasil e Paraguai que resultou na construção de Itaipu (1962-1966)*. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

BETIOL, Laércio. *Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CANESE, Ricardo; MAURO, Luís Alberto. *Itaipu: dependencia o desarrollo*. 1. ed. Asuncion: Aravera, 1985.

CASTRO, Therezinha de. *O Brasil da Amazônia ao Prata*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

CAUBET, Christian G. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

COSTA, Wanderley Messias da. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração Sul-americana, *Revista Território*, Rio de Janeiro, n°7, 1999.

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOMER-DIXON, Thomas F. *Environment, scarcity, and violence*. Princeton Princeton University Press, 1999.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil, Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____, _____. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: José

Olympio, 1977.

_____, _____. *Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____, _____. *Geopolítica*. v 3. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristina de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato – Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012.

PENA, Rodolfo F. Alves. *O que é bacia hidrográfica?*, Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-bacia-hidrografica.htm>>. Acesso em 13 de junho de 2020.

PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: Prós e Contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1974.

SCHILLING, Paulo R. et al. *Una situacion explosiva: la cuenca del plata*. Buenos Aires: Tierra nueva, 1974

_____, _____. *El expansionismo brasileo*. 2. ed. México, DF: El Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

_____, _____. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. 4. ed. Companhia Editora Nacional, 1947.

VILLELA, Anna Maria. *O Tratado da Bacia do Prata*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, DF, 1984.

ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná*. Brasília: FUNAG, 2006.

ANEXOS

ANEXO A



FIGURA 1 – Localização dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e da Prata.
Fonte: USGS EROS Center, 2018.

ANEXO B

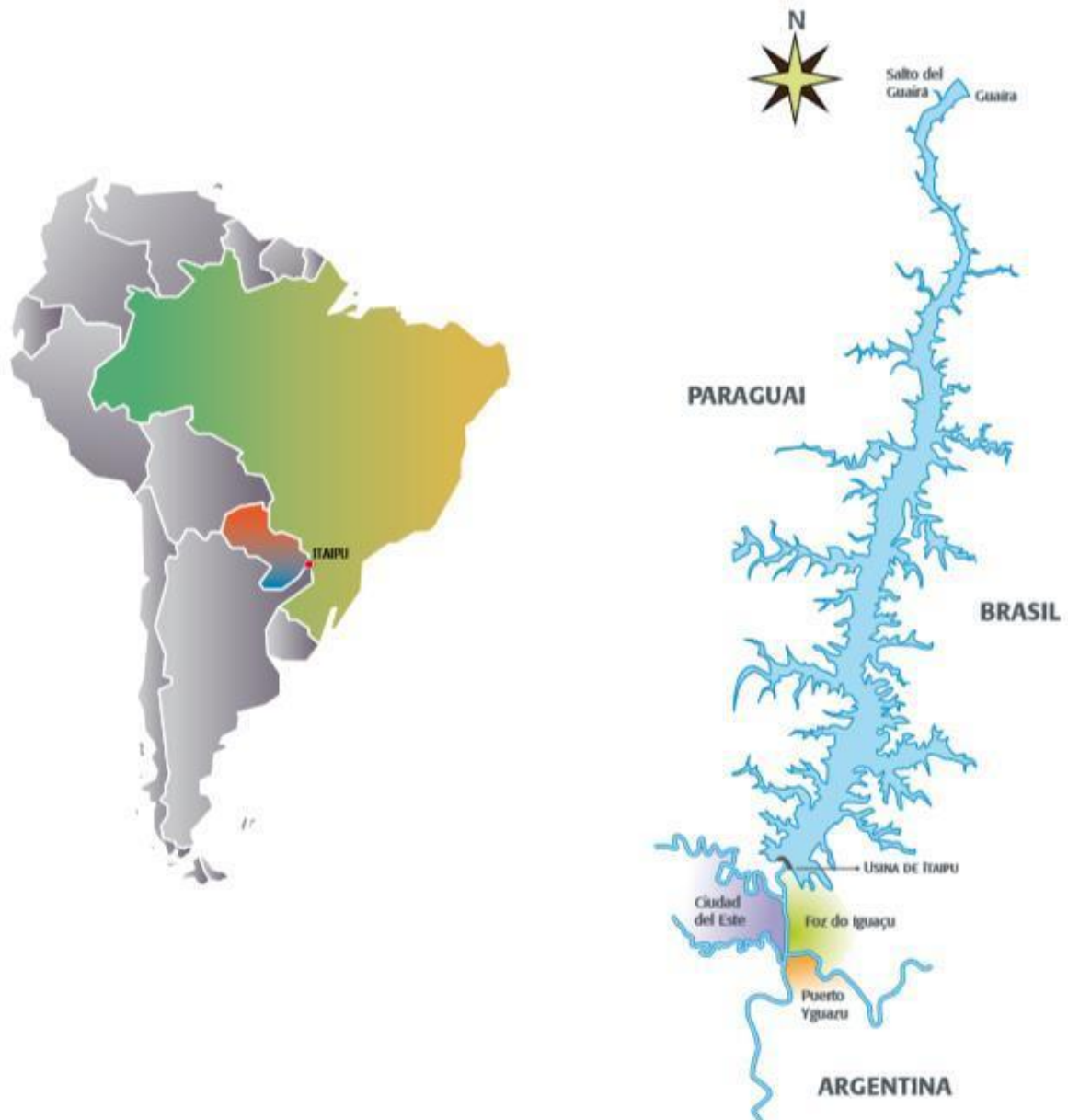


FIGURA 2 – Localização da usina hidrelétrica de Itaipu
Fonte: Itaipu Binacional, 2012.

ANEXO C



FIGURA 3 – Usina hidrelétrica de Itaipu

Fonte: Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/13/governo-monta-grupo-para-estudos-sobre-revisao-de-termos-financeiros-de-itaipu.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ANEXO D



FIGURA 4 – Região de Sete Quedas ou Salto de Guaíra no rio Paraná
Fonte: Disponível em: < <http://info.lncc.br/pitaipu.html> >. Acesso em: 14 jun. 2020.

ANEXO E



FIGURA 5 – Assinatura da Ata das Cataratas

Fonte: Disponível em: < <https://oparana.com.br/noticia/assinatura-da-ata-do-iguacu-a-semente-de-itaipu-completa-53-anos/> >. Acesso em: 14 jun. 2020.

ANEXO F

FIGURA 6 – Assinatura do Tratado de Itaipu

Fonte: Disponível em: < <https://www.radioculturafoz.com.br/2020/04/25/referencia-internacional-tratado-de-itaipu-completa-47-anos-neste-domingo-26/> >. Acesso em: 14 jun. 2020.

